

*hmc
Oliveira*

Centro Social Paroquial

Maria da Glória

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5. Ativos Fixos Tangíveis	13
6. Financiamentos obtidos.....	14
7. Rédito.....	14
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	15
9. Benefícios dos empregados	15
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
11. Outras Informações	15
11.1 Inventários	16
11.2 Clientes e Utentes.....	16
11.3 Outras contas a receber.....	16
11.4 Diferimentos	16
11.5 Caixa e Depósitos Bancários	16
11.6 Fundos Patrimoniais	17
11.7 Fornecedores.....	17
11.8 Estado e Outros Entes Públicos	17
11.9 Outras Contas a Pagar	18
11.10 Investimentos Financeiros	18
11.11 Subsídios, doações e legados à exploração	18
11.12 Fornecimentos e serviços externos	19
11.13 Outros rendimentos e ganhos	19
11.14 Outros gastos e perdas	19
11.15 Resultados Financeiros	20
11.16 Acontecimentos após data de Balanço	20



Balço

Centro Social Paroquial Maria da Glória

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 775 764,14	1 821 809,85
Investimentos financeiros	11,10	3 229,92	2 590,62
Subtotal		1 778 994,06	1 824 400,47
Ativo corrente			
Inventários	11,1	2 555,16	3 163,83
Clientes	11,2	5 367,62	8 458,58
Estado e outros Entes Públicos	11,8	904,82	468,24
Outras contas a receber	11,3	3 840,00	-
Diferimentos	11,4	1 238,14	1 656,31
Caixa e depósitos bancários	11,5	9 166,78	27 787,16
Subtotal		23 072,52	41 534,12
Total do Ativo		1 802 066,58	1 865 934,59
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11,6	184 068,00	184 068,00
Resultados transitados	11,6	(199 435,63)	(193 208,63)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	241 172,10	251 738,59
Resultado Líquido do período		(32 837,41)	(6 227,00)
Total do fundo do capital		192 967,06	236 370,96
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	1 325 847,91	1 050 399,57
Subtotal		1 325 847,91	1 050 399,57
Passivo corrente			
Fornecedores	11,7	56 333,62	60 331,20
Estado e outros Entes Públicos	11,8	22 090,33	9 978,47
Financiamentos obtidos	6	111 625,53	345 423,54
Diferimentos	11,4	-	-
Outras contas a pagar	11,9	93 202,13	163 430,85
Subtotal		283 251,61	579 164,06
Total do passivo		1 609 099,52	1 629 563,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 802 066,58	1 865 934,59



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	7	372 874,59	354 695,43
Subsídios, doações e legados à exploração	11,11	240 822,30	236 588,77
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		501,47	1 066,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11,1	(82 108,87)	(81 646,05)
Fornecimentos e serviços externos	11,12	(100 515,72)	(107 855,63)
Gastos com o pessoal	9	(425 015,53)	(384 686,43)
Outros rendimentos e ganhos	11,13	70 525,29	90 691,71
Outros gastos e perdas	11,14	(5 366,92)	(11 562,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		71 716,61	97 292,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(62 130,53)	(62 337,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 586,08	34 954,97
Juros e rendimentos similares obtidos	11,15	0,77	248,82
Juros e gastos similares suportados	11,15	(42 424,26)	(41 430,79)
Resultados antes de impostos		(32 837,41)	(6 227,00)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(32 837,41)	(6 227,00)

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Centro Social Paroquial Maria da Glória

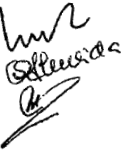
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	184 068,00	-	(193 208,63)	-	251 738,59	(6 227,00)	236 370,96
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	(6 227,00)	-	(10 566,49)	6 227,00	(10 566,49)
		-	-	(6 227,00)	-	(10 566,49)	6 227,00	(10 566,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(32 837,41)	(32 837,41)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						(32 837,41)	(43 403,90)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10							
		-	-	-	-	-	(32 837,41)	(43 403,90)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6+7+8+10	184 068,00	-	(199 435,63)	-	241 172,10	(32 837,41)	192 967,06



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios



Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Outras variações nos fundos patrimoniais		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	184 068,00	-	(173 289,22)	-	262 305,08	(19 919,41)	253 164,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	(19 919,41)	-	(10 566,49)	19 919,41	(10 566,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						(6 227,00)	(6 227,00)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						13 692,41	(16 793,49)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-	13 692,41	(16 793,49)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	184 068,00	-	(193 208,63)	-	251 738,59	27 384,82	236 370,96



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Centro Social Paroquial Maria da Glória

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
<i>Recebimentos de clientes e utentes</i>		381 831,54	362 904,87
<i>Pagamentos de apoios</i>		(360,00)	(1 675,16)
<i>Pagamento a fornecedores</i>		(129 153,53)	(101 847,25)
<i>Pagamentos ao pessoal</i>		(310 036,64)	(257 417,69)
Caixa gerada pelas operações		(57 718,63)	1 964,78
<i>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</i>		(11 061,85)	(13 078,55)
<i>Outros recebimentos/pagamentos</i>		121 394,01	112 733,27
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		52 613,53	101 619,50
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(68 254,93)	(35 188,10)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,77	-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(68 254,16)	(35 188,10)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Outras operações de financiamento</i>		250 800,00	82 200,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(160 349,67)	(89 684,95)
<i>Juros e gastos similares</i>		(41 783,87)	(43 681,93)
<i>Outras operações de financiamento</i>		(51 646,21)	(8 750,50)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(2 979,75)	(59 917,38)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(18 620,38)	6 514,02
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		27 787,16	21 273,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9 166,78	27 787,16

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Maria da Glória é uma IPSS sem fins lucrativos, com sede na Rua do Cruzeiro, freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 11.3) e “Diferimentos” (Nota 11.4).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.



3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao Diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Não obstante, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se isentos de IRC (art.º 9º), por força de um despacho publicado do DR 240 III Série de 18/10/1989 e comunicado pelo ofício 1883 de 18/09/1989 dos serviços de contribuições e impostos do Ministério das Finanças.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Outros Ativos Fixos Tangíveis	31 de Dezembro de 2019					
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	142 834,39	-	-	-	-	142 834,39
Edifícios e outras construções	1 959 259,80	5 951,63	-	-	-	1 965 211,43
Equipamento básico	137 827,27	5 851,41	-	-	-	143 678,68
Equipamento de transporte	170 875,12	-	-	-	-	170 875,12
Equipamento administrativo	87 207,77	4 974,05	-	-	-	92 181,82
Outros Ativos fixos tangíveis	21 349,33	-	-	-	-	21 349,33
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	2 519 353,68	16 777,09	-	-	-	2 536 130,77
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	5 072,70	623,94	-	-	-	5 696,64
Edifícios e outras construções	397 527,50	44 940,34	-	-	-	442 467,84
Equipamento básico	76 369,92	5 597,63	-	-	-	81 967,55
Equipamento de transporte	128 956,84	8 076,13	-	-	-	137 032,97
Equipamento administrativo	68 959,82	2 892,49	-	-	-	71 852,31
Outros Ativos fixos tangíveis	21 349,32	-	-	-	-	21 349,32
Total	698 236,10	62 130,53	-	-	-	760 366,63

Outros Ativos Fixos Tangíveis

	31 de Dezembro de 2018					
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	142 834,39	-	-	-	-	142 834,39
Edifícios e outras construções	1 959 259,80	-	-	-	-	1 959 259,80
Equipamento básico	134 648,05	3 179,22	-	-	692,27	138 519,54
Equipamento de transporte	170 875,12	-	-	-	-	170 875,12
Equipamento administrativo	87 207,77	-	-	-	-	87 207,77
Outros Ativos fixos tangíveis	21 349,33	-	-	-	-	21 349,33
Investimentos em Curso	692,27	-	-	-	(692,27)	-
Total	2 516 866,73	3 179,22	-	-	-	2 520 045,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	4 448,76	623,94	-	-	-	5 072,70
Edifícios e outras construções	352 562,27	44 965,23	-	-	-	397 527,50
Equipamento básico	70 365,43	6 004,49	-	-	-	76 369,92
Equipamento de transporte	120 880,71	8 076,13	-	-	-	128 956,84
Equipamento administrativo	66 292,58	2 667,24	-	-	-	68 959,82
Outros Ativos fixos tangíveis	21 349,32	-	-	-	-	21 349,32
Total	635 899,07	62 337,03	-	-	-	698 236,10

6. Financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Para os períodos de 2019 e 2018 os financiamentos obtidos foram os seguintes:

Financiamentos obtidos						
Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	111 625,53	1 325 847,91	1 437 473,44	148 354,69	1 050 399,57	1 198 754,26
Loações Financeiras	-	-	-	4 124,12	-	4 124,12
Outros Empréstimos	-	-	-	192 944,73	-	192 944,73
Total	111 625,53	1 325 847,91	1 437 473,44	345 423,54	1 050 399,57	1 395 823,11

7. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Rédito		
Descrição	2019	2018
Vendas	3 621,69	5 915,10
Prestação de Serviços	369 252,90	348 780,33
Quotas dos utilizadores	342 165,98	320 014,61
Outros	27 086,92	28 765,72
Total	372 874,59	354 695,43

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios do Governo		
Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
ADRMAG	954,87	1 909,80
Câmara Municipal	187,03	374,08
Fundo Socorro Social	136 041,26	141 401,02
Projeto PRODER	103 988,94	108 053,69
Total	241 172,10	251 738,59

9. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos foram constituídos por 5 membros. Estes não auferiram qualquer verba, quer para remuneração quer para despesas de representação.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 31 e em 31/12/2018 foi de 27.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados		
Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	337 736,05	305 743,31
Encargos sobre as Remunerações	76 639,19	70 492,44
Seguros de Acidentes no Trabalho	4 154,97	2 145,08
Outros Gastos com o Pessoal	6 485,32	6 305,60
Total	425 015,53	384 686,43

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Inventários

Inventários					
Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Inventário em 31-Dez-2018	Compras	Inventário em 31-Dez-2019
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 913,41	82 896,47	3 163,83	81 500,20	2 555,16
Total	1 913,41	82 896,47	3 163,83	81 500,20	2 555,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			81 646,05		82 108,87
Variações nos inventários da produção			-		-

huz
Silva Escuro

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes e Utentes		
Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c	5 367,62	8 458,58
Clientes	2 398,44	6 905,78
Utentes	2 969,18	1 552,80
Total	5 367,62	8 458,58

11.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Outras contas a Receber		
Descrição	2019	2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	3 840,00	-
Outros Devedores	-	-
Total	3 840,00	-

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos		
Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Outras despesas	1 238,14	1 656,31
Total	1 238,14	1 656,31

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos Bancários		
Descrição	2019	2018
Caixa	1 675,28	1 934,15
Depósitos à ordem	7 491,50	25 853,01
Total	9 166,78	27 787,16

hmc
Silva Escura
CS

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais				
Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	184 068,00	-	-	184 068,00
Resultados transitados	(193 208,63)		(6 227,00)	(199 435,63)
Outras variações nos fundos patrimoniais	251 738,59	-	(10 566,49)	241 172,10
Total	242 597,96	-	(16 793,49)	225 804,47

Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	184 068,00	-	-	184 068,00
Resultados transitados	(173 289,22)	-	(19 919,41)	(193 208,63)
Outras variações nos fundos patrimoniais	262 305,08	-	(10 566,49)	251 738,59
Total	273 083,86	-	(30 485,90)	242 597,96

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores		
Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	56 333,62	60 331,20
Total	56 333,62	60 331,20

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos		
Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	904,82	468,24
Total	904,82	468,24
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 657,76	1 267,04
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 350,66	1 051,83
Segurança Social	18 939,31	7 535,58
Outros Impostos e Taxas	142,60	124,02
Total	22 090,33	9 978,47

11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar				
Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	17 787,92	-	39 101,95
Remunerações a pagar	-	17 787,92	-	39 101,95
Fornecedores de Investimentos	-	9 524,53	-	64 588,86
Credores por acréscimos de gastos	-	65 889,68	-	59 740,04
Outros credores	-	-	-	-
Total	-	93 202,13	-	163 430,85

11.10 Investimentos Financeiros

A rubrica "Investimentos Financeiros" desdobra-se da seguinte forma:

Investimentos Financeiros		
Descrição	2019	2018
Investimentos noutras empresas		
Outros Métodos	3 229,92	2 590,62
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	3 229,92	2 590,62

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Subsídios		
Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo	240 822,30	236 588,77
Segurança Social	194 007,02	187 904,49
Autarquias	46 000,00	48 576,00
IEFP	815,28	108,28
Total	240 822,30	236 588,77

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos		
Descrição	2019	2018
Serviços especializados	36 840,00	41 603,78
Materiais	1 478,25	1 897,12
Energia e fluidos	39 213,13	33 253,20
Deslocações, estadas e transportes	132,39	105,75
Serviços diversos (*)	22 851,95	30 995,78
Limpeza, higiene e conforto	15 539,60	19 118,71
Seguros	3 821,19	5 993,67
Comunicação	1 568,66	1 934,32
Total	100 515,72	107 855,63

11.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Rendimentos e Ganhos		
Descrição	2019	2018
Descontos de pronto pagamento obtidos	310,00	0,01
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	5 760,00	5 475,72
Correções períodos anteriores	3 749,58	3 146,34
Imputação sub.invesrimentos	10 566,49	10 566,49
Restituição de impostos	4 783,31	4 501,71
Donativos	45 355,91	67 001,44
Total	70 525,29	90 691,71

11.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Gastos e Perdas		
Descrição	2019	2018
Impostos	95,00	3 235,33
Correc.per.anteriores	3 057,07	6 512,78
Donativos	104,85	-
Quotizacoes	150,00	130,00
Apoio a carenciados	360,00	1 675,16
Multas e penalidades	1 600,00	9,41
Total	5 366,92	11 562,68

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados Financeiros		
Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	41 023,36	41 430,79
Outros gastos e perdas de financiamento	1 400,90	-
Total	42 424,26	41 430,79
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,77	248,82
Outros rendimentos similares	-	-
Total	0,77	248,82
Resultados financeiros	(42 423,49)	(41 181,97)

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Silva Escura, 14 de abril de 2020

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

Luís Manuel Figueiredo Cardoso

Joana Alves da Silva

Olga Herculina da Silva Almeida